

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

**OS APORTES E FINANCIAMENTOS DO BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) E OUTRAS
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DIRECIONADOS AO SETOR
SUCROENERGÉTICO**

**THE CONTRIBUTIONS AND FINANCES OF THE NATIONAL BANK OF
ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT (BNDES) AND OTHER FINANCIAL
INSTITUTIONS DIRECTED TO THE SUCROENERGY SECTOR**

Roberta Oliveira da Fonseca¹

Resumo: O presente texto analisa a conjuntura dos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) direcionados ao setor sucroenergético. Examinam-se as operações diretas e indiretas não automáticas concedidas, e a alocação por Estados e regiões do país. O objetivo é compreender como os recursos disponibilizados contribuíram para a expansão de empreendimentos sucroenergéticos no território brasileiro em período recente, avaliando sua interferência na regionalização da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. O período em estudo compreende o ano de 2002 e estende-se até meados do ano de 2015. Os procedimentos metodológicos adotados se basearam em revisão bibliográfica e no, levantamento, organização e análise de dados de fonte secundária.

Palavras-chave: setor sucroenergético, crise financeira, financiamento público.

Abstract: This paper analyzes the situation of the financing of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) directed to the sugar-energy sector. It examines non-automatic direct and indirect operations granted, and the allocation by states and regions of the country. The goal is to understand how the available resources contributed to the expansion of sugar and ethanol projects in Brazil in the recent period, assessing its interference in the regionalization of the production chain of sugarcane. The study period includes 2002 and extends until mid-year 2015. The adopted methodological procedures were based on literature review and raising organization and analysis of secondary data.

Keywords: sugarcane industry, financial crisis, public funding.

Introdução

O cenário para o etanol combustível começou a ser alterado em 11 de setembro de 2001, dia em que o mundo parou para ver a queda das torres em Nova Iorque e a reação dos Estados Unidos frente às nações como o Afeganistão e Iraque que provocaram forte elevação no preço internacional do petróleo. Nesse período as cotações do petróleo voltaram a subir, o álcool novamente passou a ser atrativo, e a indústria automobilística passou a investir na tecnologia dos carros bicombustíveis, ou seja, movidos a álcool e a gasolina, também denominados *flexfuel* (MARCOCCIA, 2007, p.22).

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP - Câmpus de Presidente Prudente – SP E-mail: oliveirafonsecaro@gmail.com

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

No Brasil, o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar, envolto no discurso de energia renovável e não poluente, atraiu os grupos nacionais e estrangeiros, apoiados e financiados pelo Estado brasileiro, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que se expandiram em parte do território nacional.

Na tentativa de compreender a política de financiamento voltada para o setor sucroenergético empreendida pelo Estado brasileiro, examinam-se as operações diretas e indiretas não automáticas concedidas, e a alocação por Estados e regiões do país. O objetivo é compreender como os recursos disponibilizados contribuíram para a expansão de empreendimentos sucroenergéticos em período recente, avaliando sua interferência na regionalização da cadeia produtiva da cana-de-açúcar. O período em estudo compreende o ano de 2002 e estende-se até meados do ano de 2015.

O texto foi elaborado com base nas reflexões e resultados preliminares obtidos na pesquisa de Mestrado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP, Câmpus de Presidente Prudente. A referida pesquisa tem como objetivo estudar a expansão da atividade sucroenergética nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, destacando o ingresso do conglomerado Odebrecht no setor mediante a fundação do Grupo Odebrecht Agroindustrial (inicialmente ETH Bioenergia) no ano de 2007. Esse conglomerado é nacional, considerado o terceiro maior grupo empresarial brasileiro. Desta forma, para entender como opera e em quais condições o Estado brasileiro atuou para dar suporte aos setores que se desnacionalizaram, neste caso em particular uma das empresas da Organização Odebrecht, propomos essa discussão.

Neste trabalho a análise não é específica à atuação de um grupo, mas apresenta um panorama geral dos financiamentos e políticas direcionadas ao setor sucroenergético via BNDES. Para tanto, organizamos o texto em duas partes, além desta introdução. Na primeira parte do trabalho, discorreremos sobre o papel atribuído aos bancos públicos. Procuramos entender a política adotada como seletiva, ou seja, privilegiando um setor da economia que se insere no rol de produção de *commodities*, portanto inserido no processo de mundialização da agricultura brasileira. Em seguida, discorreremos sobre a destinação dos aportes e financiamentos destinados ao setor pelo BNDES e outras instituições financeiras. Por fim, encerramos o texto com algumas considerações.

Os Bancos Públicos: o papel no BNDES na economia brasileira

Foi na Suécia que surgiu o primeiro banco público, administrado pelo Parlamento, tornando-se posteriormente o banco central do país. No século XIX, a criação de bancos estatais passou a ser mais frequente, em países como a Holanda, França e Alemanha, inclusive para tentar utilizá-los como alavanca de desenvolvimento na época do florescimento dos chamados “parques industriais” na Europa.

Torres Filho (2007, 2009) discorre que através dos bancos públicos os governos intervêm no mercado de crédito, visando atingir objetivos que se reúnem em três áreas distintas, dentre as quais: a regulação, no sentido de determinar as regras de funcionamento do mercado financeiro doméstico; a segunda área é a política monetária, que determinará a quantidade de moeda emitida e a taxa de juros de curto, de modo a manter a estabilidade de preços. A terceira área associa-se a alocação (direcionamento) de crédito, ao contrário das duas primeiras, esta última não considera o mercado como um todo. É através das condições de crédito que o governo pode interferir nas condições de financiamento de um país, visando atender setores, regiões ou determinados tipos de empresas que requerem tratamento especial e diferenciado no que diz respeito à obtenção de recursos para a realização de investimentos e, claro que o governo pretenda fomentar.

Neste trabalho em particular, enfatizaremos esta terceira área, especificamente a alocação de recursos que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social direcionou ao setor sucroenergético em período recente, seja através de financiamentos diretos ou vinculados a programas específicos. O BNDES é um banco público e de fomento, que está intrinsecamente relacionado com a discussão em torno dos financiamentos de longo prazo, cuja característica associa-se ao fomento e a intervenção dos governos no mercado de crédito.

Em sua trajetória histórica o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é criado através da Lei nº 1.628 de 20 de junho de 1952 como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Garzon (2010) esclarece que em si, a (re) construção do banco sempre foi lugar privilegiado para partejar novos processos, abrir sendas históricas, quer progressiva, quer regressiva.

No que diz respeito à sua estrutura de *funding*, o BNDES utiliza em grande parte recursos parafiscais e próprios, assim o banco capta fundos nacionais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo do Programa de Integração Social – Programa de

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-PASEP), Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), patrimônio líquido da instituição, Tesouro Nacional, emissão de debêntures da BNDESpar², fundos públicos de menor porte, como o Fundo da Marinha Mercante e o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND).

O banco também capta recursos no exterior de agências governamentais e instituições multilaterais, tais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), *Japan Bank for International Cooperation* (JBIC), Banco de Desenvolvimento da China, Banco Alemão de Desenvolvimento, fundos de mercado, bônus, empréstimos e repasses no exterior (BNDES, 2009).

Nos anos do nacional-desenvolvimentismo, o BNDES delineou os traços do mercado interno por meio do tripé: capital privado nacional, estatais e capital multinacional. O modelo de substituição de importações também foi consolidado pelo banco em nome de uma burguesia que se pretendia associada, com direito a uma primazia regional. Tal ciclo perdura até o começo da década de 1990, não antes de o tripé passar a segurança tutelada e controle imperialista durante a ditadura militar. Com os governos neoliberais, ocorre a regressão desse processo, planejada pelo BNDES (GAZON, 2010, p.71).

Assim, durante o ciclo de substituição de importações, o BNDES foi considerado indispensável na constituição da contrapartida nacional de uma descentralização (do ponto de vista internacional) preferencial do capital estrangeiro. Com a crise da dívida em meados da década de 1980, o modelo de “integração competitiva” delineado pelos técnicos do banco configura-se como alternativa hegemônica, diante do esgotamento da capacidade de financiamento público dos setores de infraestrutura.

De acordo com Nassif (2007), por meio da justificativa da inovação e da corrida tecnológica, o modelo de “integração competitiva” repassou o pleno comando da economia nacional ao setor privado e transnacional. As empresas deveriam ser expostas à competição com o exterior, “incentivadas” a prospectar novas tecnologias no mundo. Às instituições públicas competiria apenas coordená-las para que melhor se integrassem nesse novo cenário.

Com o lançamento do Programa Diretrizes Gerais da Política Econômica e do Comércio Exterior, nos primeiros cem dias do governo de Fernando Collor, apontam-se os caminhos da desregulamentação, da abertura comercial e das privatizações, todas como ferramentas básicas para a chamada reestruturação competitiva da economia brasileira.

² A BNDESpar tem por objeto social realizar operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

Pinheiro e Giambiagi (2000) destacam que o BNDES continuou sendo indispensável, mas agora como banco de abordagem e abalroamento, ou seja, responsável por identificar e facilitar as privatizações, cuja forma padrão do período foi direcionada para a desnacionalização e reconfiguração patrimonial de nossas estruturas produtivas, com o intermédio de subavaliações, valendo-se de moedas podres³ e de indiscriminado financiamento público.

De acordo com Gazon (2010), na era FHC, a reestruturação da economia brasileira, sob o toque de caixa do automatismo de mercado, procurou excluir a possibilidade de qualquer traço de autonomia nas políticas industrial e de comércio exterior. Assim, os cortes de gastos e as privatizações não foram lineares, nem tiveram uma natureza meramente geométrica. Surgiram novos interesses e regras que impuseram como princípio supremo a conectividade do território e de todos os fatores econômicos neles postados.

A partir de 2003, se recicla e se renomina o modelo de inserção competitiva. Na tentativa de galgar um reposicionamento vantajoso do país na divisão internacional do trabalho, o BNDES mantém sua posição nuclear na concepção e operacionalização desse deslocamento. Desde então, o banco vem protagonizando dinâmicas de concentração e centralização dos capitais postados no Brasil, concebido não mais como nação, e sim como uma preciosa coleção de habilidades, especializações e fronteiras de mercado. Dedicando-se assumidamente na valorização de capital despatriado.

Durante o governo Lula, interesses e focos mais amplos foram cotejados, pinçados, depois costurados ou descartados, reconhecendo-se assim que nenhuma governabilidade seria obtida sem a reconstrução de esferas públicas e de instâncias nacionais reconhecidas como tais. A missão do BNDES enquadra-se na composição de uma nova unidade a partir da diversidade produzida durante o desmonte neoliberal, cabendo a este conferir um patamar diferenciado no mercado global, por meio de base regional ampliada (IBID., 2010).

O banco seguiu duas modelagens específicas a partir desta reconfiguração. A primeira delas procurou influenciar as filiais multinacionais situadas no país a adicionarem elementos espaciais e setoriais às estratégias delas, para que aqui estalem suas plantas operacionais. Ao instalarem suas filiais contaram com um conjunto de estímulos governamentais coordenados,

³ Denominação dada aos títulos da dívida pública de longo prazo não pagos no vencimento — (como os TDAs Títulos da Dívida Agrária utilizados na privatização da Usiminas), debêntures da Siderbrás, letras hipotecárias da Caixa Econômica Federal (utilizadas para saldar dívidas do FCVS — Fundo de Compensação de Variações Salariais) — e aceitos pelo seu valor de face nos processos de privatização, sendo o seu valor de mercado bem inferior àquele (SANDRONI, 1999, p. 408).

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

que envolveram medida de liberalização comercial e flexibilização legal, alianças empresariais público-privadas com estatais orientadas para suplementar os requisitos dos mercados.

A segunda modelagem foi de caráter potencializador das empresas de capital nacional, definidas como aquelas construídas sob leis brasileiras e com sede e administração no país. Grande parte destas são empresas-casulo: ou incubadas pelo capital estrangeiro ou orbitando em volta dele. Grupos econômicos que se aproveitam da vantajosa estrutura institucional oferecida pelo país para expandir e monopolizar faixas determinadas das cadeias produtivas de interesse internacional aliado ao brasileiro.

O enquadramento desta política seletiva de financiamentos ficou evidente com o agravamento da crise financeira de 2008 (desencadeada pelo mercado *subprime* dos Estados Unidos), o governo buscou realizar uma política anticíclica. Assim, o BNDES foi fortalecido com aporte de recursos proveniente do Tesouro Nacional, o Governo Federal concedeu um empréstimo de R\$ 180 bilhões, entre os anos de 2009 e 2010, com prazos variando de 20 a 40 anos (COUTO E TRINTIM, 2012).

O efeito da crise deflagrada em 2008 para o setor sucroenergético foi a participação de novas empresas e investidores, geralmente de atuação mundial e com uma série de atividades relacionadas à agricultura capitalista. As consequências da crise desestruturaram a organização do setor, que implicaram diretamente na operação das usinas. Como mencionado anteriormente, a concentração de capitais passou a figurar como importante estratégia para o setor, configuradas pelas fusões, aquisições e participações de novas empresas.

Embora, as fusões e aquisições sejam sim uma estratégia do setor sucroenergético no período mencionado, há uma questão crucial a ser salientada e que se relaciona diretamente com a valorização dada à produção dos chamados agrocombustíveis e, dentre eles um dos protagonistas dessa agroindústria no Brasil, o etanol. Oliveira (2012) nos chama a atenção para a relação direta entre o aumento do preço das *commodities*, (sobretudo de alimentos básicos da produção mundial, como o arroz, o milho e o trigo), que ficou conhecida como crise dos alimentos em 2008 e a expansão dos agrocombustíveis.

O incentivo à produção de etanol combustível e as condições dadas pelo governo brasileiro por meio dos aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições financeiras correlacionam-se ao que Oliveira (2012) chama de “pegar carona no futuro, fundado na reprodução do passado”, numa clara referencia ao PROÁLCOOL, ou seja, aproveitando-se da opção estadunidense de produção de etanol de

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/> milho, uma *commodity* e substituí-lo pelo etanol combustível a partir da cana-de-açúcar, garantindo-lhe a participação na matriz energética mundial.

Os financiamentos concedidos pelo BNDES e outras instituições financeiras, por estados e região do país

Os dados apresentados nos gráficos foram obtidos na Plataforma de Consulta às operações do BNDES, disponibilizada no *site*⁴ da instituição como parte da iniciativa de transparência de informações adotada pelo banco. Foram examinados os conteúdos de 16.730 contratos firmados entre o BNDES e também outras instituições bancárias com empresas do setor sucroenergético, de janeiro de 2002 até agosto de 2015. Desse total de contratos foram selecionados 1.644 relacionados ao setor, englobando desde o financiamento de novas unidades até o desenvolvimento de tecnologias vinculadas à cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Os dados estão agrupados por setor atendidos pelo banco, com base na Classificação Nacional de atividades Econômicas (CNAE), o que permitiu a consulta direta dos contratos do setor sucroenergético (em sua maioria agrupada no setor/CNAE coque, petróleo e combustíveis), no entanto optou-se pela análise total dos contratos, visando obter informações vinculadas ao setor classificadas em outras rubricas do CNAE.

De 2002 até agosto de 2015 os investimentos em projetos sucroenergéticos representaram 16,4% dos investimentos em energia realizados pelo Banco no período analisado, totalizando R\$ 36.596.479.515 reais. Assim, apesar da crise que afeta o setor desde 2009 com a queda progressiva dos investimentos e a falência de varias usinas no país, o BNDES manteve o apoio à atividade, diante da adoção de medidas anticíclicas, por exemplo, do Programa de Sustentação do Investimento⁵, que buscaram mitigar os impactos da crise sobre a economia brasileira em geral e sobre o setor sucroenergético em particular.

No Gráfico 1, a participação do Estado de São Paulo se destaca em relação aos demais, alcançando quase 60% do total dos financiamentos. Em segundo e terceiro lugares aparecem dois Estados da região Centro-Oeste do país, Goiás com 15,33% do desembolso e Mato Grosso do Sul com 12,23%. É relevante destacar que o Distrito Federal é contabilizado no gráfico, apenas por sediar algumas instituições públicas que desenvolvem e financiam pesquisas para o desenvolvimento e aprimoramento tecnológico, um exemplo, é a

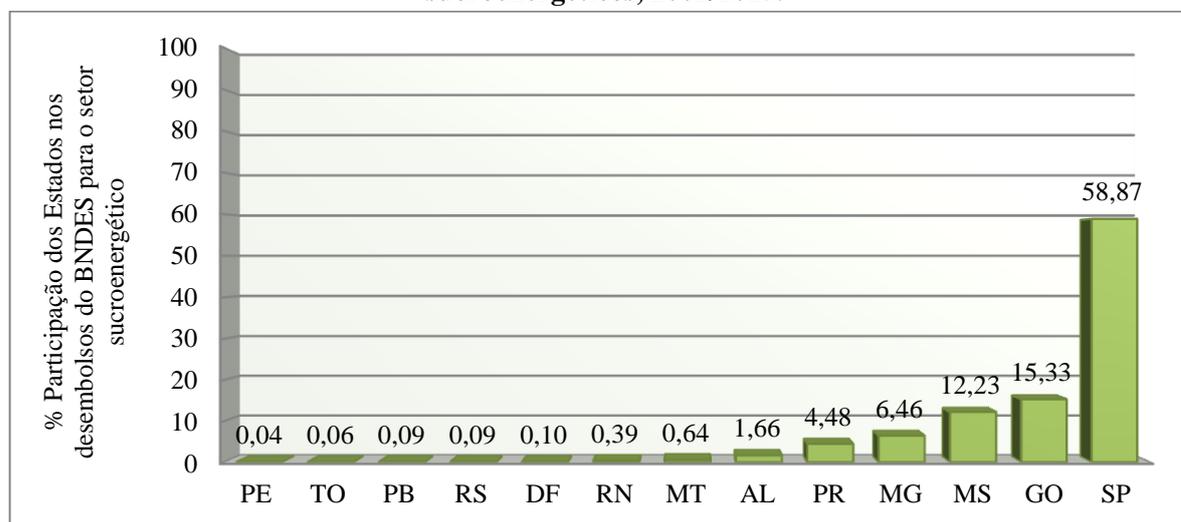
⁴ Os dados podem ser consultados no [sítio://<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/painel_consulta_diretas.html>](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/painel_consulta_diretas.html) Último acesso: 22 de setembro de 2016.

⁵ Ver mais em: <http://www.bndes.gov.br/apoio/psi> Acesso 05 de setembro de 2016.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), instituição pública de fomento à ciência e tecnologia.

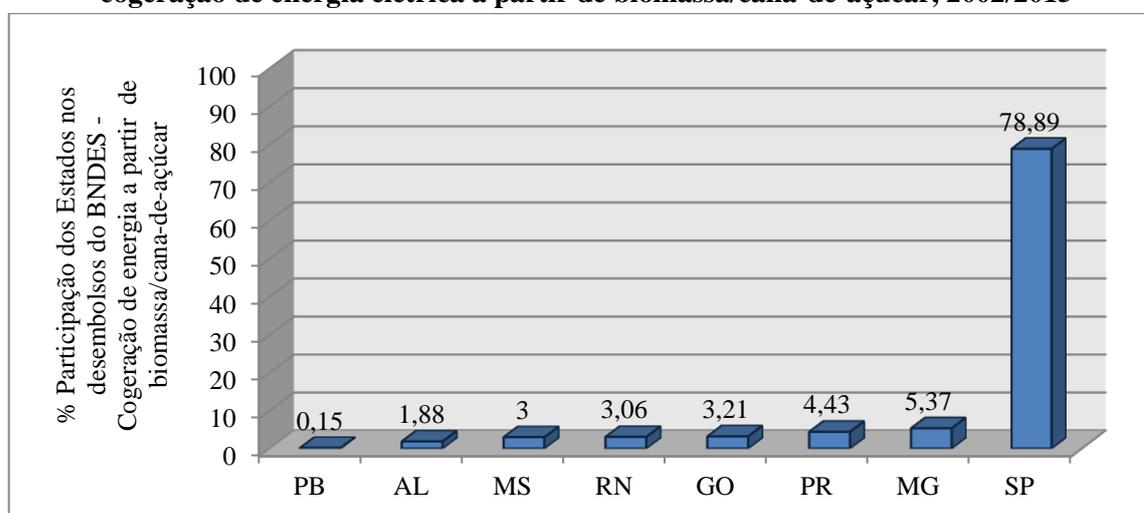
Gráfico 1- Participação dos Estados (%) nos desembolsos do BNDES para projetos sucroenergéticos, 2002/2015.



Fonte: Operações do BNDES, 2016.
Org. Roberta Oliveira da Fonseca

Leve-se em conta, também, a importância cada vez maior da cogeração de eletricidade a partir do bagaço de cana-de-açúcar, não apenas para consumo dentro da própria usina, mas para ser distribuída mediante a rede elétrica nacional. Constam, nos registros disponibilizados pelo BNDES, 141 projetos financiados para esse setor, a maior parte deles na modalidade de operações indiretas. Mais uma vez, o Estado de São Paulo recebe a maior percentagem de financiamentos, atingindo quase 80% do total, como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Participação dos Estados (%) nos desembolsos do BNDES para projetos de cogeração de energia elétrica a partir de biomassa/cana-de-açúcar, 2002/2015



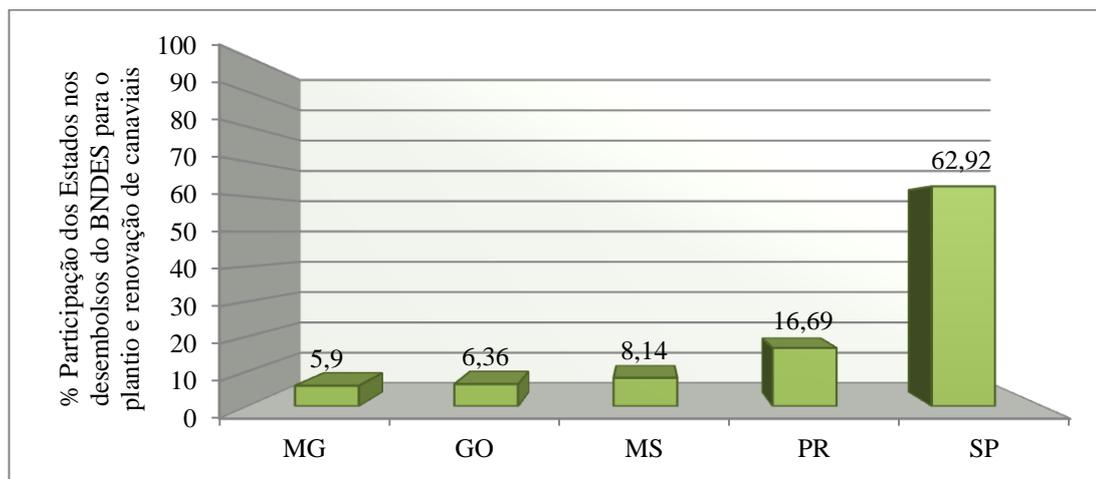
Fonte: Operações do BNDES, 2016.

Org. Roberta Oliveira da Fonseca

De fato, todos os projetos financiados pelo BNDES apontam para as três atividades, complementares dentro do funcionamento das usinas: produção de açúcar, produção de álcool e produção de energia, mediante a implementação/ampliação de unidades industriais. Outras atividades financiadas incluíram a mecanização da colheita, o plantio e a renovação de canaviais, mediante o Programa de Apoio a Renovação e Implantação de Novos Canaviais (PRORENOVA), busca-se manter em alta a produtividade agrícola dos empreendimentos sucroenergéticos, de forma que a infraestrutura industrial do setor não fique ociosa por uma eventual falta de matéria-prima, levando em conta que grande parte dos investimentos dos últimos anos focaram no aumento na capacidade de processamento de cana, não tanto na produção e rendimentos por hectare. Os juros para a atividade foram reduzidos em 2013 para uma taxa fixa de 5,5% ao ano (BNDES, 2014). No Gráfico 3 consta a participação dos Estados nos desembolsos para o plantio e renovação de canaviais. O Estado de São Paulo, destacado produtor de cana-de-açúcar, lidera os financiamentos, com quase 63% do total.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

Gráfico 3 – Desembolsos (%) do BNDES para plantio e renovação de canaviais, 2002/2015



Fonte: Operações do BNDES, 2016.
Org. Roberta Oliveira da Fonseca

O setor sucroenergético ainda é disperso, mesmo apresentando uma crescente concentração de capitais sob comando externo, especialmente no marco da crise internacional, desde 2008. Isso se refletiu na grande quantidade de empresas que aparecem tomando recursos emprestados do Banco para a implementação de projetos.

Contudo, a consolidação do setor ocorreu, destacando-se o Grupo Raizen, resultado da *joint-venture* entre a SHELL e a COSAN, que hoje controla vinte quatro usinas/destilarias; e o caso, também, da Odebrecht Agroindustrial com suas nove unidades produtivas, da Biosev que controla dez unidades, da Bunge com oito e do Grupo Guarani com sete unidades (esse último controlado, por sua vez, pela Tereos, da França). Os empréstimos são tomados por usina, não pelo grupo como tal, o que dificulta rastrear quem finalmente se beneficia dos repasses do Banco. É preciso levar em conta qual o grupo controla as usinas que constam como tomadoras dos empréstimos.

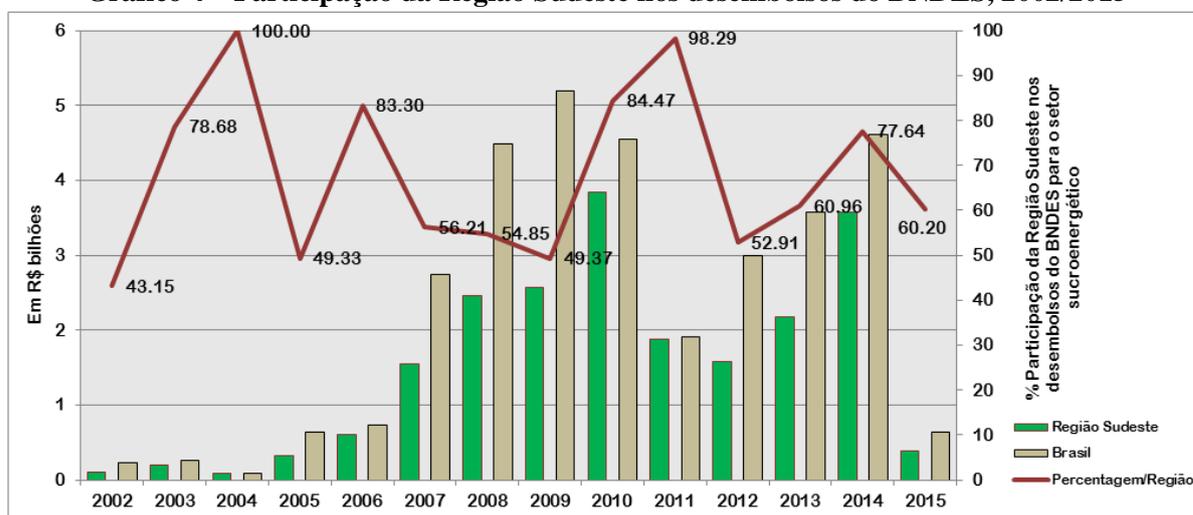
Ao considerar-se o volume de empréstimos por região do país e não apenas por Estados da federação, é possível vislumbrar o quanto os desembolsos aumentaram efetivamente na comparação ano a ano, desde a divulgação das informações sobre as empresas e entidades públicas que recorrem ao BNDES.

Verifica-se na sequência de gráficos (4,5, 6 e 7) que a região sudeste apresenta os índices mais elevados de participação nos dispêndios do BNDES. No triênio de 2008 a 2010, quando os empréstimos globais do banco aumentaram em resposta à crise, é notória a ampliação do montante destinado à região, atingindo 98,29% em 2011. Em 2012, 2013 e

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

2014; também nota-se uma grande parte destinada ao PRORENOVA, programa que destina recursos para o plantio e renovação de canaviais, como mencionado anteriormente.

Gráfico 4 – Participação da Região Sudeste nos desembolsos do BNDES, 2002/2015

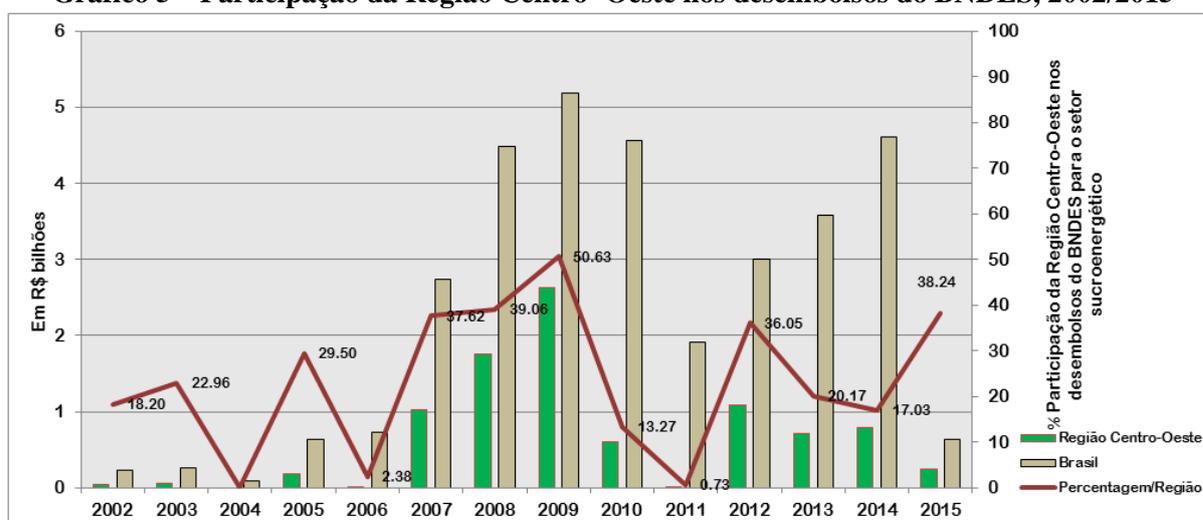


Fonte: Operações do BNDES, 2016
Org. Roberta Oliveira da Fonseca

A região Centro-Oeste concentra a segunda participação em desembolsos, que foram ampliados a partir de 2007 com grandes projetos de instalação de novas unidades. Em 2009, o percentual ultrapassa 50% dos financiamentos concedidos ao setor.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

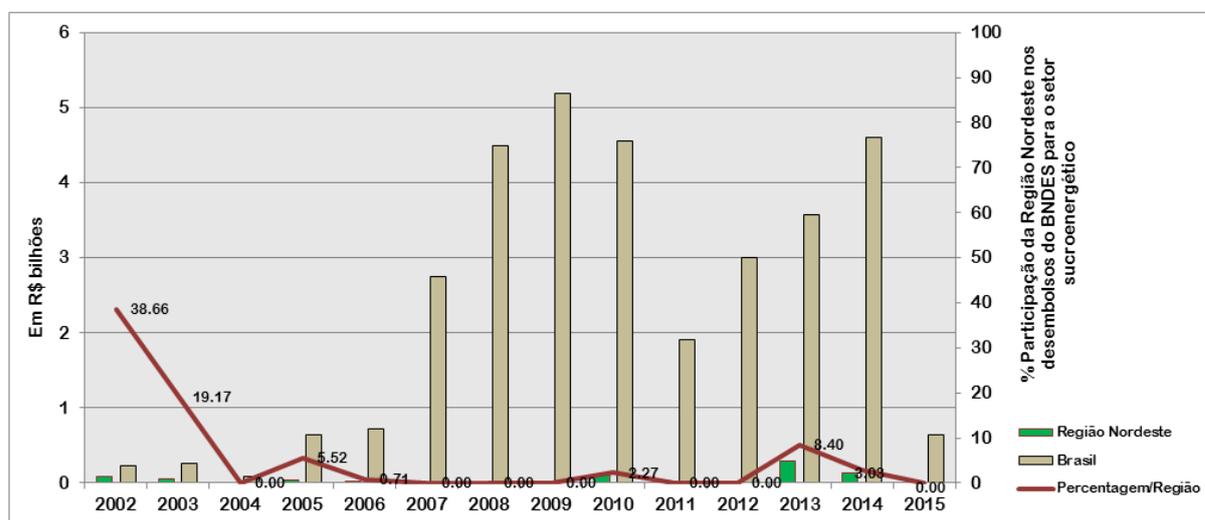
Gráfico 5 – Participação da Região Centro- Oeste nos desembolsos do BNDES, 2002/2015



Fonte: Operações do BNDES, 2016
Org. Roberta Oliveira da Fonseca

O Nordeste e o Sul possuem menor participação, em alguns anos nenhum dos recursos destinou-se a projetos sucroenergéticos às duas regiões. A região Norte não foi incluída, pois não houve representatividade.

Gráfico 6 – Participação da Região Nordeste nos desembolsos do BNDES, 2002/2015



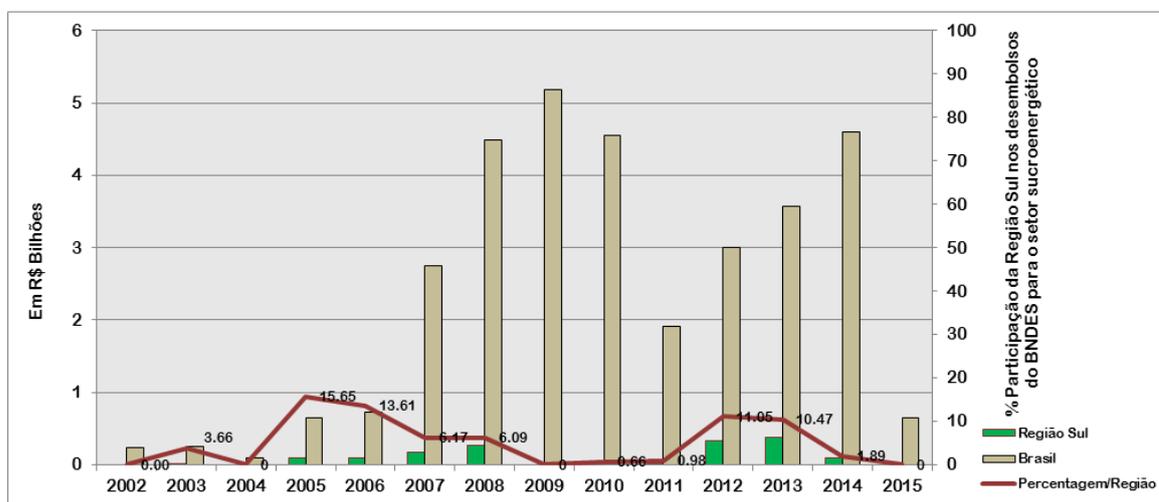
Fonte: Operações do BNDES, 2016
Org. Roberta Oliveira da Fonseca

Os desembolsos do BNDES para o setor sucroenergético diminuíram em 59,5% em 2015 na comparação com 2014, reduzindo de R\$ 6,768 bilhões para R\$ 2,744 bilhões. De acordo com o gerente do Departamento de Biocombustíveis da instituição:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

[...] a queda foi resultado dos juros mais altos e do atraso na liberação de recursos da linha para estocagem de etanol, que só saiu em setembro. Houve uma discussão orçamentária que levou mais tempo do que deveria, e o programa teve um lançamento tardio. “Com isso, a janela de oportunidade para tomar esses recursos foi muito curta” (Informes Setoriais, BNDES, 2016).

Gráfico 7 - Participação da Região Sul nos desembolsos do BNDES, 2002/2015



Fonte: Operações do BNDES, 2016
Org. Roberta Oliveira da Fonseca

Em termos nominais, o valor é o menor desde 2006 e bem menos do que os R\$ 7,6 bilhões de 2010. Por área, o BNDES liberou R\$ 893 milhões para o setor agrícola, que engloba basicamente o PRORENOVA. O montante representa recuo de 52% ante o R\$ 1,871 bilhão de 2014 e deveu-se ao corte de 50% no volume de recursos disponibilizados.

Quanto ao segmento industrial, que inclui produção de açúcar e etanol, o desembolso foi menor, com R\$1,6 bilhão, 65,8% inferior ao ano de 2014, quando foram emprestados R\$ 4,781 bilhões. O único setor que apresentou aumento no total de recursos foi o de cogeração de energia elétrica. No total, foram liberados R\$ 216 milhões para essa área no ano de 2015, 86,2% superior a 2014 que foi de R\$ 116 milhões (*Releases* BNDES, 2016).

Conclusões

O novo momento do setor sucroenergético foi acompanhado de uma reorganização do território, com a expansão das áreas com cultivo de cana-de-açúcar (inclusive não tradicionais e áreas do bioma Cerrado) e plantas de produção/processamento tecnologicamente eficientes. Os efeitos da crise financeira de 2008 demandaram uma política anticíclica do governo brasileiro, cujo destaque deve ser dado aos bancos públicos. É neste mesmo patamar que

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

situamos o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o financiamento aos grandes projetos sucroenergéticos.

A resposta à crise foi imediata, tanto por parte dos grupos de investidores na realização de fusões e aquisições de empresas de atuação nacional e global, alocando e realocando capitais, quanto do próprio BNDES que disponibilizou recursos consideráveis para os financiamentos. No entanto, os impactos diferenciados da crise mundial na economia brasileira não são fruto de virtude inata, corresponderam ao chamado câmbio flexível, aos elevados índices de superávit primário e de juros, metas de inflação conservadora e grandes reservas cambiais formadas durante o *boom* de exportação de *commodities*, que apenas demarcaram o lugar ímpar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho.

Nossas reflexões a respeito do financiamento público ao setor sucroenergético ainda são preliminares, pretendemos avançar em nossa pesquisa, entendendo o BNDES como um banco corporatizado, revelando uma contradição com sua principal fonte de captação de recursos, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo este um motivo para a participação e o controle social sobre a gestão de fundos e recursos públicos.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Relatório Anual 2011, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Relatório Anual 2010, Rio de Janeiro, 2010.

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista- UNESP, 2012, 244f.

BRAY, S. C.; FERREIRA, E. R.; RUAS, D.G.G. **As políticas da agroindústria canvieira e o Proálcool no Brasil**. Marília: UNESP Marília Publicações, 2000, 104p.

BELIK, W.; VIAN, C. E. F. Desregulamentação Estatal e Novas Estratégias Competitivas da Agroindústria Canvieira em São Paulo. In: MORAIS, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A (org.). **A agroindústria canvieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas S.A. 2002. p. 69-90.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COUTO, A. C. L.; TRINTIM, J. G. O papel do BNDES no financiamento da economia brasileira. In: XXI Encontro Nacional de Economia Política, 2012, p.01-19.

GATTI, W. O envolvimento de fornecedores no desenvolvimento da tecnologia flex fuel nas montadoras brasileiras. In: **Revista gestão & tecnologia**, v. 11, n. 1, p. 1-18, jul. 2011.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/>

GAZON, L.F.N. Financiamento Público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*, 2010, p. 71- 100.

GRANBIO. Nota Técnica. Granbio inicia produção de etanol de segunda geração, set. 2014.

HERMANN, J. O papel dos bancos públicos. *Texto para Discussão*, CEPAL-IPEA n. 15, 2010.

MARCOCCIA, R. **A participação do etanol brasileiro em uma nova perspectiva na matriz energética mundial**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo – USP, 2007, 95p.

NASSIF, L. Os cabeças de planilha: como o pensamento econômico da era FHC repetiu os equívocos de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, p.01-15.

PERINA, R. de A. As teorias da organização industrial e as alianças estratégicas do setor sucroalcooleiro: um estudo de caso. **Economia Pesquisa**: Araçatuba, v.3, n.3, p. 4º-62, 2001.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIASI, F. Os antecedentes macroeconômicos e a estrutura institucional da privatização no Brasil. In: CASTELAR, A. (org.) *A privatização no Brasil*, Rio de Janeiro: BNDES;OCDE, 2000.

RAMBO, A.G. RÜCKERT, A.A. Desenvolvimento territorial e escalas geográficas de poder e gestão - o caso da Cooperacana, Porto Xavier-RS. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 46, p 95-114, jul./dez. 2008.

RAMOS, P. A evolução da agroindústria canavieira e os mercados de açúcar e de álcool carburante no Brasil: a necessidade de planejamento e controle. In: **XLVI Congresso de Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**. Rio Branco, p. 01-18, jul. 2008.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999. 650p.

TORRES FILHO, E.T.T. Direcionamento do crédito: o papel dos bancos de desenvolvimento e a experiência recente do BNDES. In: PINHEIRO, A.C.; OLIVEIRA FILHO, L.C. (Orgs.). *Mercado de capitais e bancos públicos: análise e experiências comparadas*. RJ/SP: Contra Capa/ANBID, 2007, p. 277-304.

_____. Mecanismos de direcionamento do crédito, bancos de desenvolvimento e a experiência recente do BNDES. In: FERREIRA, F.M.R.; MEIRELLES, B.B. (Orgs.). *Ensaio sobre a economia financeira*. Rio de Janeiro: BNDES, 2009, p. 12-56.

Recebido em 06 de maio de 2017.

Aceito em 06 de junho de 2017.